

# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2025

## EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

**OBJETO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO QUE DEVERÃO SER MANTIDOS PELA FUTURA LICITANTE EM CONFORMIDADE COM ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

**TIPO:**

MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE BELMONTE - BA**, pessoa jurídica de direito público, sediado na Av. Riomar, s/nº, Centro, Belmonte/BA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.634.977/0001-02, por meio do Pregoeiro Municipal realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO - SRP**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do art. 17, § 2º c/c art. 82 da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/ 2006, do Decreto Municipal nº 035/2025, aplicando-se, subsidiariamente, as exigências estabelecidas neste Edital.

Local da sessão pública:	Site: <a href="https://bnccompras.com/">https://bnccompras.com/</a>
Início do acolhimento das propostas:	Dia 09/04/2025 às 13:00h
Limite para acolhimento das propostas:	Dia 24/04/2025 às 08:30h
Abertura das propostas:	Dia 24/04/2025 às 09:00h
Início da sessão de disputa:	Dia 24/04/2025 às 09:30h
Tempo de duração da fase iminente de lances:	10 (dez) minutos
Referência de tempo:	Horário de Brasília
Local para retirada do edital e seus anexos: O edital completo está disponível para consulta e cópia na internet no endereço: <a href="https://bnccompras.com/">https://bnccompras.com/</a>	

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO QUE DEVERÃO SER MANTIDOS PELA FUTURA LICITANTE EM CONFORMIDADE COM ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA

3.1. O licitante, caso não seja credenciado, deverá providenciar previamente, o seu credenciamento perante o **"BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS"**, mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao suporte da plataforma eletrônica, para imediato bloqueio de acesso.

**3.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.6.** Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações e mensagens no sistema eletrônico, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.7.** Nos casos de dificuldades ou falhas no acesso ao sistema, desconexões, erros de autenticação ou bloqueio de acesso, não caberá ao órgão promotor da licitação a responsabilidade sobre a prestação de suporte ou por eventuais perdas decorrente da perda de negócios diante da impossibilidade de acesso.

**3.8.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo telefone: **(42) 3026 4550 - Ponta Grossa - PR, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.**

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão, os interessados e as empresas do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e que estejam previamente credenciadas perante a "**BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (<https://bnccompras.com/>)**".

**a)** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto plataforma eletrônica.

**b)** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica <https://bnccompras.com/>.

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por

cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**h)** agente público do órgão ou entidade licitante;

**i)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**j)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**k)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7.** O impedimento de que trata o item “4.6.d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens “4.6.b” e “4.6.c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.10.** O disposto nos itens “4.6.b” e “4.6.c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.12.** A vedação de que trata o item “4.6.h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c)** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- a)** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- b)** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.6.** A falsidade da declaração de que trata o item “5.5” sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a)** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b)** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a)** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b)** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item “5.10” possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO E ACOLHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**6.1.** A partir da data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início o período de acolhimento das propostas iniciais, as quais deverão ser inseridas em local específico no Sistema Eletrônico.

**6.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**6.3.** Os licitantes deverão anexar propostas com a descrição do objeto ofertado, preço, no respectivo campo do sistema do Bolsa Nacional de Compras - BNC, em formato pdf, world ou excel (vedada a identificação), até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas, sob pena de desclassificação.

**6.4.** É vedada a identificação da licitante em qualquer parte do sistema BNC até o final da sessão pública de lances, sob pena de desclassificação.

**6.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

**6.6.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.7.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**6.8.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**6.9.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

- a)** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- b)** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**6.10.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

**6.11.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.12.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.13.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.14.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.15.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**6.16.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

**6.17.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

**a)** Deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**b)** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**c)** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**d)** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**a)** O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

**b)** Caso seja atribuído o critério de julgamento de maior desconto, o lance a ser aplicado deverá ser expresso em moeda real, correspondente de maior desconto atribuído na sua proposta, quando for o caso.

**7.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.10.** Não haverá intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**7.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.12.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.13.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.14.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.15.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.16.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o ardem crescente de valores.

**7.17.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.19.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.21.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido em anexos acompanhados a este Edital.

**7.22.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.23.** Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, e esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.24.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.25.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.26.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.27.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.28.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**7.29.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados, na seguinte ordem:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.30.** Persistindo o empate, será assegurado preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b)** Empresas brasileiras;
- c)** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.31.** Caso ainda haja persistência no empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**7.32.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.33.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.34.** negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.35.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.36.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.37.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.38.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará a proposta classificada em primeiro lugar se atender as condições, referente à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, conforme previsão do art. 14 da lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido neste edital.

**8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 035/2025.

**8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a)** conter vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a)** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado, quando for o caso;
- b)** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, quando for o caso;
- c)** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d)** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**8.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.13.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

**8.14.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **até 02:00 horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**8.15.** A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**8.16.** Serão desclassificadas as propostas mais bem classificadas, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- d)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- e)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- f)** a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 8.10, nos termos do § 2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.

**8.17.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**8.18.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **até 02:00 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.18.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.18.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**8.19.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

**8.20.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

**8.21.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**8.21.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.21.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.22.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.23.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.24.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.25.** Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.26.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 8.1, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.2.1.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

**9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, em sede de diligência, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **até 02:00 horas**, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

**9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### 9.8. Habilitação Jurídica:

**a)** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoeempreendedor.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br);

**c)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- g) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 9.9. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### 9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, cuja emissão não seja superior a 30 (trinta) dias da data de apresentação da documentação e proposta;
  - a.1) Caso a empresa licitante esteja em recuperação judicial, a certidão de recuperação judicial deverá constar o Estado em que se encontra a referida recuperação judicial para análise da situação fática/jurídica da empresa.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
  - b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
  - b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
  - b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

---

Ativo Circulante  
Passivo Circulante

**c.1)** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**c.2)** Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

**d)** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

#### **9.11. Qualificação Técnica:**

**a)** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, através de atestado (s) de capacidade técnica, expedido (s) por quaisquer pessoas jurídicas de Direito Público ou de Direito Privado.

**a.1)** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, juntamente com a apresentação de Nota Fiscal atestada na sua vigência.

**a)** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

**b)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

**c)** Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**d)** Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

**d.1)** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

**d.2)** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**d.3)** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**d.4)** O registro previsto na Lei nº 5.764/71, art. 107;

**d.5)** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**d.6)** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**d.7)** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.13.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**9.14.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.15.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.16.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.17.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.18.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.19.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.20.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.21.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**9.22.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**9.23.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).

**9.24.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 02:00 horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- a)** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b)** apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- c)** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**10.4.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).

**10.5.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.6.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.7.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.8.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**11.3.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.3.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.4.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.5.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b)** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- c)** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.6.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.7.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.8.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.9.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.11.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**11.12.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**a)** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**b)** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.3.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.4.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**13.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de

recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**15.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**15.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens/lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**15.5.** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

## **16. DO TERMO DE CONTRATO**

**16.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**16.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**16.2.3.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**16.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- c) A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

**16.4.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

**16.4.1.** A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

**16.5.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

**16.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais

cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou ata de registro de preços.

## 17. DO REAJUSTE

**17.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

## 18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

**18.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**19.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## 20. DO PAGAMENTO

**20.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## 21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - e.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - e.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - e.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - e.4) deixar de apresentar amostra;
  - e.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração
- h) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- i) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- j) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - k.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - k.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - k.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;
- n) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- o) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**21.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**21.3.** Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**21.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.5.** A sanção prevista na cláusula 21.3.a será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 21.1.a, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**21.6.** A sanção prevista na cláusula 21.3.b, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 21, deste edital.

**21.7.** A sanção prevista na cláusula 21.3.c será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.b, 21.1.c, 21.1.d, 21.1.e, 21.1.f e 21.1.g, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**21.8.** A sanção prevista na cláusula 21.3.d será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.h, 21.1.i, 21.1.j, 21.1.k e 21.1.l, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.b, 21.1.c, 21.1.d, 21.1.e, 21.1.f e 21.1.g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 20.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**21.9.** As sanções previstas nas cláusulas 21.3.a, 21.3.c e 21.3.d, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 21.3.b.

**21.10.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**21.11.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**21.12.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

**21.13.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**21.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Belmonte - BA.

**21.15.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**21.16.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**21.17.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**21.18.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**21.19.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**21.20.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

## **22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**22.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**22.2.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**22.3.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**22.4.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata.

## 23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**23.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021.

**23.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, **no sistema do Bolsa Nacional de Compras - BNC, através do campo impugnações**, ou pelo e-mail: [licitacao@belmonte.ba.gov.br](mailto:licitacao@belmonte.ba.gov.br), ou ainda por petição dirigida ou protocolada no endereço da Comissão de Contratação, sito à Av. Riomar, s/nº, Centro – Sala da Licitação, Belmonte/BA.

**23.3.** A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**23.4.** Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

**23.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo endereço eletrônico: [licitacao@belmonte.ba.gov.br](mailto:licitacao@belmonte.ba.gov.br).

**23.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**23.7.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**23.8.** A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**22.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico, <https://bnccompras.com/>, e poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Comissão de Contratação, sito à Av. Riomar, s/nº, Centro – Sala da Licitação, Belmonte/BA, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 14 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**22.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência;

**ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preço;

**ANEXO III** – Minuta da Ata de Registro de Preços;

**ANEXO IV** – Minuta de Termo de Contrato;

**ANEXO V** – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

**ANEXO VI** – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**ANEXO VII** – Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

**ANEXO VIII** – Modelo de declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

**ANEXO IX** – Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Belmonte - BA, 09 de abril de 2025.

**LEONARDO CARLOS ANDRADE PAIVA**

Secretário Municipal de Administração Gov. e Serviços Públicos

Decreto nº 010/2025

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO DE TERRENOS EM ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO QUE DEVERÃO SER MANTIDOS PELA FUTURA LICITANTE EM CONFORMIDADE COM ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

O Presente Termo de Referência visa orientar e apresentar o conjunto de elementos necessários e suficientes ao processo licitatório de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**.

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de **preços para futura e eventual contratação de empresa para preparação de terrenos em áreas públicas no município que deverão ser mantidos pela futura licitante em conformidade com este edital e seus anexos**, a seguir denominada como CONTRATADA, no Município de Belmonte/BA, doravante denominado CONTRATANTE.

1.2. **Os serviços serão medidos conforme necessidade e de acordo com** o presente TERMO DE REFERÊNCIA, entende-se, Máquinas de Terraplanagem e Infraestrutura, Implementos e Equipamentos para Serviços Públicos, Veículos de Construção Civil Pesada, Veículos Leves, incluindo motorista e/ou operador, lâminas e garras, Equipamentos de Sinalização de Trânsito e de Obras, Containers, para as equipes técnicas Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos e congêneres no Município de Belmonte/BA, durante o período de doze meses, conforme especificações mínimas, quantidades e demais condições constantes nesse Termo.

1.3. Os bens móveis serão distribuídos em único Lote, conforme as descritos na forma abaixo

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE		TOTAL
<b>1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>1</b>	
1.1	ALUGUEL	MÊS	12	1
1.2	EQUIPE ADMINISTRATIVA	MÊS	12	1
1.3	EQUIPE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	MÊS	12	1
1.4	DESPESAS OPERACIONAIS COM ADM LOCAL	MÊS	12	1
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS INCLUINDO MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS</b>		<b>1</b>	
2.1	CAMINHÃO CESTO AEREO, ALTURA 13M COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1
2.2	TRATOR DE ESTEIRA 170HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1
2.3	MOTONIVELADORA 125HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	4224	2
2.4	CAMINHÃO BASCULANTE 14m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	480	2
2.5	CAMINHÃO BASCULANTE 18m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	720	3
2.6	CAMINHÃO PIPA 6.000L, TOCO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	420	2

2.7	CAMINHÃO PIPA 10.000L, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1
2.8	CAMINHÃO PRANCHA, TRUCADO PBT 20.000 kg COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1
2.9	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TADEM AÇO LISO 58HP, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1
2.10	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1
2.11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOB ESTEIRAS 21T, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1
2.12	TRATOR DE PNEUS 122 CV 4x4 COM GRADES DE DISCOS ACOPLADAS, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTIVEL	HORAS	2112	1
2.13	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1
2.14	CAMINHÃO MUNCK, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1
2.15	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO TANQUE DE 6m3, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1
2.16	CAMINHÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO 30.000L, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1
2.17	PICK UP CABINE SIMPLES, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	MÊS	12	1

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A abertura de processo licitatório, justifica-se pelas necessidades deste Município em promover os serviços essenciais aos Administrados, de modo a lhes proporcionar os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

2.2. Os serviços a serem demandados são essenciais e imprescindíveis ao Município de Belmonte/BA, haja vista a necessidade de manutenções e aberturas de estradas vicinais, rurais e vias não pavimentadas no perímetro urbano, bem como, na limpeza e acero de margens de rodovias e áreas do município, além da execução de diversos serviços pertinentes ao escopo e características de cada equipamento, tais como: compactação de cascalho e outros materiais de revestimento primário nas vias para garantir a trafegabilidade, principalmente em dias chuvosos; execução de cortes e aterros em vias e terrenos; desobstrução de entradas de bueiros, caixas de inspeção e caixas de contenção quando da ocorrência de assoreamento das mesmas; abertura e manutenção de outros dispositivos e elementos que compõem as estradas não pavimentadas, como sarjetas de solos, bigodes e caixas de contenção, dentre outros.

2.3. A ausência da locação destas máquinas pesadas ocasionará a paralização de diversos serviços públicos, gerando dificuldades aos munícipes, sobretudo os moradores da zona rural, que utilizam estradas não pavimentadas, as quais são mantidas em condições boas através do uso dos equipamentos a serem locados.

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS, E CONFORME DETALHAMENTO ABAIXO

- 3.1. O atendimento aos bens móveis constantes no Lote 1, devem englobar ao valor proposto valores incluso mão de obra operacional, custo com ferramental e EPI's e EPC's, custos com combustíveis e lubrificantes; a disponibilidade é pelo período de 12 meses limitados as horas mensais máximas e quantidades por bem móvel. Os equipamentos deverão possuir horímetro acoplado com exceção a roçadeira costal.
- 3.2. O atendimento aos bens móveis constantes, devem englobar ao valor proposto, logística de colocação/retirada; a disponibilidade é para o período de 12 meses limitados as quantidades mensais por unidade de bem móvel.
- 3.3. Todos os bens móveis deverão atender no que couber aos padrões normativos do DETRAN, ROPS/FOPS, NR's do Ministério do Trabalho.
- 3.4. As máquinas e equipamentos devem possuir até 15 anos, veículos pesados no máximo até 10 anos, e veículos leves no máximo 5 anos.
- 3.5. Todos veículos e equipamentos pesados deverão possuir horímetros instalado em preno e correto funcionamento, a CONTRATADA apresentará, planilha de horas utilizadas em cada equipamento no período de aferição do serviço, com ateste do servidor responsável, que registrará, para a devida dedução, a ocorrência de possíveis e eventuais problemas;
- 3.6. O item cuja unidade de medida seja "hora", deve ser cotados sem combustível e estimativa de rodagem mensal de 176 horas, ou proporcional de acordo com indicado a cada item do lote, enquanto os itens de medida seja "mês" devem ser cotados sem combustível.
- 3.7. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum e de natureza essencialmente contínuas, tendo em vista a sua imprescindibilidade ao exercício pleno das competências dos Serviços Urbanos.
- 3.7.1. Caso seja contrato o(s) itens constantes na Ata de Registro de Preço, o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta meses), com base na Lei 14.133, de 2021 e suas alterações.
- 3.8. Em linhas gerais as principais atividades exercidas para os equipamentos, cuja unidade de medida seja hora, são:
- 3.8.1. Regularização e conformatação de seções transversais de pista de rolamento, taludes e dispositivos de drenagem. Escarificação de revestimento primário e subleito. Apoio ao transporte. Limpeza de acostamentos, terrenos, aceiros.
- 3.8.2. Compactação de materiais de subleitos, sub-bases, bases e revestimento primário de vias. Outras especificações verem composições de custos, com o detalhamento de implementos que devem estar contemplados.
- 3.8.3. Compactação de platôs e aterros para diversas finalidades.
- 3.8.4. Umectação de materiais do subleito, sub-bases, bases e revestimento primários para o controle da humidade ótima de compactação.
- 3.8.5. Transportes de materiais provenientes de escavações de solos em jazidas, de limpeza de áreas, de escavação de valas, entre outros diversos materiais provenientes das inúmeras atividades contempladas nos serviços de terraplanagem e construção civil pesada em geral.
- 3.8.6. Transporte de água não potável para diversas finalidades.
- 3.8.7. Translado de equipamentos e apoio em atividades de outras secretarias.

3.8.8. Transportes de materiais secos a curtas distâncias e em locais de difícil mobilidade. Execução de gradeamento de solos, para incorporação de outros materiais as camadas e para o controle da humidade ótima de compactação.

3.8.9. Transporte de combustíveis e lubrificantes, efetuar o abastecimento e dar apoio as atividades de manutenção dos equipamentos e veículos próprios. O principal objetivo da implantação desse equipamento é para melhorar os controles de consumo de combustível e atender a legislação e normas nos quesitos de sustentabilidade ambiental nas operações de lubrificação, abastecimento e manutenção de equipamento locados nas obras, para tanto a contratada deve atentar-se ao atendimento de toda legislação pertinente. Apoio em atividades de outras secretarias como a limpeza pública.

3.8.10. Utilizados basicamente para a coleta de entulhos, terra, areia e outros resíduos volumosos, operando no carregamento de caminhões basculantes, conforme programações semanais de deslocamento do comboio nas áreas periféricas da cidade.

3.8.11. Escavação de materiais de revestimento em jazidas. Limpeza de encostas, leitos de pequenos arroios e terrenos. Escavação de valas. Remanejamento e carregamento de materiais provenientes das atividades de terraplanagem, jazidas escavadas, limpeza de terrenos e etc. Entre outras atividades onde se é necessário o intercalo entre escavação e carregamento de materiais.

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1.1. A contratada obriga-se: Prestar todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela contratante;

4.1.2. Responsabilizar –se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive transporte de pessoal, hospedagem, necessários à adequada e regular prestação dos serviços contratados, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos previstos neste termo de referência e anexos.

4.1.3. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre produtos vendidos, bem como eventual custo de frete e entrega, inclusive seguro.

4.1.4. Responsabilizar –se pelos danos causados a administração ou a terceiros, quando da prestação de serviços contratados;

4.1.5. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas civil ou penal.

4.1.6. Apresentar operadores e motoristas devidamente habilitados, capacitados e com experiência comprovada, no qual permita executar os serviços com qualidade e responsabilidade. Os mesmos deverão apresentar rigorosamente nos horários marcados, e nos locais de trabalho, conforme determinações da fiscalização. Substituir, imediatamente, caso não atenda a fiscalização do contrato.

4.1.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia e expressa anuência da contratante;

4.1.8. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação correspondente, devendo comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários;

4.1.9. Manter um preposto na prefeitura, durante o expediente administrativo, ou em dias e horários solicitados pela prefeitura, para atender eventuais solicitações de serviços e responder por quaisquer assuntos relacionados ao objeto do contrato.

- 4.1.10. Manter os veículos, máquinas e equipamentos em bom estado de conservação, manutenção, higiene e segurança, inclusive atendendo a NR-12 do Ministério do Trabalho.
- 4.1.11. Fazer manutenção preventiva, para que permita um bom funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos.
- 4.1.12. A prefeitura poderá solicitar, com antecedência mínimo de 10 (dez) dias uteis, o acréscimo ou redução do número de veículos, máquinas e equipamentos em serviço.
- 4.1.13. A logística para abastecimento dos veículos, caminhões e equipamentos é de responsabilidade da contratada.
- 4.1.14. Em caso de quebra ou qualquer sinistro com seus veículos, máquinas e equipamentos, a Contratada se obriga a substituir o veículo quebrado ou sinistrado imediatamente, de forma que não haja, qualquer prejuízo para os serviços.
- 4.1.15. A prefeitura poderá glosar qualquer ressarcimento que considerar excessivo e ou/ abusivo, após analisar e comprovar presença de irregularidades.
- 4.1.16. Não permitir o transporte de pessoas estranhas ao quadro de empregados da Prefeitura ou não autorizados pela administração, nos veículos e equipamentos objetos do contrato.
- 4.1.17. Os equipamentos, veículos, caminhões, operadores e motoristas, entrarão em operação de acordo com as solicitações feita pela Secretaria de Infraestrutura e Obras, devendo os mesmos estarem disponíveis todos os dias da semana, incluindo sábado, domingo e feriados.
- 4.1.18. A necessidade de utilização dos equipamentos será reavaliada mensalmente pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.
- 4.1.19. Toda mobilização e desmobilização de operadores, motoristas e eventuais equipes de apoio, incluindo transporte até o local de execução dos serviços, será de inteira responsabilidade da contratada, inclusive para as diversas localidades da zona rural do município.
- 4.1.20. A contratada é responsável pela boa apresentação dos seus funcionários, devendo providenciar que estes se apresentem devidamente uniformizados, com EPI'S (equipamentos de proteção individual), necessários para o tipo de serviço a ser executados, bem como, com as identificações operacionais.
- 4.1.21. A contratada é obrigada a fornecer para cada equipamento ou veículo ou caminhão, seu motorista ou operador exclusivo conforme especificado anteriormente. Não será permitido, dois equipamentos, com um só operador.
- 4.1.22. A contratada deverá apresentar um relatório junto a medição constando todos os controles de horas trabalhadas e quilômetros rodados das máquinas e dos veículos, bem como apresentar relatório foto gráfico evidenciando as operações diárias;
- 4.1.23. A contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento da alimentação de seus funcionários.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 5.1.1. A Contratante obriga-se: Acompanhar e Fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 5.1.2. Ficará de responsabilidade da CONTRATANTE a guarda de veículos, máquinas e equipamentos serão de responsabilidade da contratante, em locais a serem indicados pelo fiscal do contrato.
- 5.1.3. Será de responsabilidade da contratante a emissão de licenças ambientais que se fizeram necessárias junto aos órgãos competentes para a execução dos serviços.
- 5.1.4. A CONTRATANTE é responsável pelo pagamento de todas as infrações de trânsito praticadas pelos motoristas do seu quadro de funcionários.

5.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **6. INFRAÇÕES DE TRÂNSITO**

6.1.1. A CONTRATA é responsável pelo pagamento de todas as infrações de trânsito praticadas pelos motoristas do seu quadro de funcionários.

## **7. PADRONIZAÇÃO DE FROTA**

7.1.1. Quanto a padronização, os objetos locados deverão seguir a mesma padronização da frota atual que o Município utiliza, devidamente identificadas com a logomarca da Prefeitura de Belmonte/BA, e os dizeres “uso exclusivo em serviço”, sendo que nenhum veículo ou equipamento poderá trabalhar sem a referida identificação, todos os custos dessa padronização serão por conta da CONTRATADA.

## **8. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

8.1.1. Comprovação de possuir em seu quadro técnico, profissional com qualificação técnica de administrador devidamente registrado no CRA (Conselho Regional de Administração). Essa comprovação deverá ser apresentada através de CTPS devidamente registrada e assinada, contrato de prestação de serviço entre o profissional e a empresa licitante ou, em sendo sócio, por meio de contrato social devidamente registrado na junta comercial.

8.1.2. Comprovação de Registro de Regularidade de Pessoa Jurídica e Certificado de Responsabilidade Técnica emitida pelo CRA, em nome da empresa licitante.

8.1.3. Comprovação de Registro pelo CRA de Regularidade do Profissional em nome do Responsável Técnico da empresa licitante.

8.1.4. Comprovação de Registro junto a entidade de classe CREA – Conselho Regional de Engenharia em sua circunscrição, acompanhado da regularidade da sua anuidade.

8.1.5. Comprovação de possuir em seu quadro técnico, profissional com qualificação técnica em Engenharia Civil e sua regularidade junto a entidade de classe.

8.1.6. Atestado de Capacidade Técnica pertinente e compatível com o objeto licitado em favor da empresa licitante, fornecido por órgão público ou privado.

## **9. INFORMAÇÕES GERAIS**

9.1.1. A proponente, deverá fornecer: a) a Declaração Independente de proposta, em Anexo a proposta de preço; b) Declaração de disponibilidade de veículos/equipamentos; c) Declaração de Responsabilidade Técnico. A ausência das declarações tratadas no suíte 9.1.1. torna a proponente desclassificado.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1.1. A Prefeitura Municipal de Belmonte/BA poderá a qualquer tempo recusar o fornecimento, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado neste Termo ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis.

10.1.2. No interesse da Prefeitura Municipal, o objeto da contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, com a apresentação das devidas justificativas.

10.1.3. É vedada a terceirização dos serviços e objeto desse ato convocatório a Pessoas Físicas.

10.1.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido em lei, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

10.1.5. Nos preços propostos e nos lances que vier a ofertar deverão estar inclusos todos os custos necessários ao a prestação dos serviços objeto do presente Termo e da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, transporte, garantia dos materiais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado.

## 11. DO VALOR ESTIMADO E REFERÊNCIA DE PREÇO

11.1.1. Conforme tabelas referenciais de preços SINAPI-02/2025, SBC-03/2025 e ORSE-12/2024, e planilha de contações elaborada pelo núcleo de compras do município conforme processo administrativo. O Valor estimado da Ata de Registro de Preços é **R\$ 10.598.501,76 (dez milhões quinhentos e noventa e oito mil e quinhentos e um reais e cinquenta e setenta e seis centavos)**.

11.1.2. Segue planilha sintética de referência de preços e quantidades:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA RESUMIDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE		TOTAL	VALOR	PESO (%)
<b>1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>1</b>		<b>1.137.022,32</b>	<b>6,29%</b>
1.1	ALUGUEL	MÊS	12	1	176.450,40	0,98%
1.2	EQUIPE ADMINISTRATIVA	MÊS	12	1	538.030,80	0,08%
1.3	EQUIPE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	MÊS	12	1	366.905,40	2,97%
1.4	DESPESAS OPERACIONAIS COM ADM LOCAL	MÊS	12	1	55.635,72	0,03%
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS INCLUINDO MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS</b>		<b>1</b>		<b>9.461.479,44</b>	<b>89,27%</b>
2.1	CAMINHÃO CESTO AEREO, ALTURA 13M COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	274.569,60	2,59%
2.2	TRATOR DE ESTEIRA 170HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1	442.400,64	4,17%
2.3	MOTONIVELADORA 125HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	4224	2	1.071.164,16	10,11%
2.4	CAMINHÃO BASCULANTE 14m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	480	2	663.436,80	6,26%
2.5	CAMINHÃO BASCULANTE 18m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	720	3	2.319.480,00	21,88%
2.6	CAMINHÃO PIPA 6.000L, TOCO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	420	2	396.139,80	3,74%
2.7	CAMINHÃO PIPA 10.000L, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	285.120,00	2,69%
2.8	CAMINHÃO PRANCHA, TRUCADO PBT 20.000 kg COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	471.955,20	4,45%
2.9	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TADEM AÇO LISO 58HP, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1	361.785,60	3,41%

2.10	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1	395.324,16	3,73%
2.11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOB ESTEIRAS 21T, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1	433.973,76	4,09%
2.12	TRATOR DE PNEUS 122 CV 4x4 COM GRADES DE DISCOS ACOPLADAS, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTIVEL	HORAS	2112	1	463.795,20	4,38%
2.13	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1	854.557,44	8,06%
2.14	CAMINHÃO MUNCK, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	274.440,00	2,59%
2.15	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO TANQUE DE 6m3, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	256.065,60	2,42%
2.16	CAMINHÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO 30.000L, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	388.284,00	3,66%
2.17	PICK UP CABINE SIMPLES, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	MÊS	12	1	108.987,48	1,03%

<b>Total sem BDI</b>	8.158.566,12
<b>Total do BDI</b>	2.439.935,64
<b>Total Geral</b>	<b>10.598.501,76</b>

## 12. FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1.1. Deverá o licitante proponente apresentar junto a sua Proposta Comercial, a Composição de Custos, ausencia da composição de preços é sumariamente desclassificado.

## 13. DA BONIFICAÇÃO SOBRE DESPESAS INDIRETAS (BDI)

13.1.1. O BDI máximo admitido é de 29.91% sendo sua composição em conformidade com equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo relatório do acórdão TCU – 2369/2011 e TCU – 2622/2013, conforme Fórmula apresentados. O Intervalo de Admissibilidade foram adotados conforme orientação do ACÓRDÃO 2622/2013 – TCU – Plenário.

13.1.2. Composição do BDI admitido:

### BDI - COMPOSIÇÃO

GRUPO A	TAXA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
1	Administração Central	2,00%
	<b>Total do Grupo</b>	<b>2,00%</b>
GRUPO B	TAXA REPRESENTATIVA DOS RISCOS	
1	Riscos	0,50%
	<b>Total do Grupo</b>	<b>0,50%</b>

GRUPO C TAXA REPRESENTATIVA SEGURO GARANTIA		
1	Seguro Garantia	0,50%
<b>Total do Grupo</b>		<b>0,50%</b>
GRUPO D TAXA REPRESENTATIVA DAS DESPESAS FINANCEIRAS		
1	Despesas Financeiras	0,50%
<b>Total do Grupo</b>		<b>0,50%</b>
GRUPO E TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO		
1	Lucro	9,00%
<b>Total do Grupo</b>		<b>9,00%</b>
GRUPO F TAXA REPRESENTATIVA DA INCIDÊNCIA DOS IMPOSTOS ( SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA )		
1	ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS) - MUNICIPAL	5,00%
2	COFINS - FEDERAL	3,00%
3	PIS (PROGRAMA DE INTEGRACÃO SOCIAL) - FEDERAL	0,65%
4	CRB -CONTRIBUIÇÃO INSS (DESONERAÇÃO)	4,50%
<b>Total do Grupo</b>		<b>13,15%</b>

<b>FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO BDI</b>	$\frac{((1+A+B+C)*(1+D)*(1+E))/(1-F)-1}{1}$
--------------------------------------	---

<b>Bonificação sobre despesas indiretas (B.D.I)=</b>	<b>29,91%</b>
--	---------------

#### 14. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ENTREGA DO OBJETO

14.1.1. O objeto da licitação deste Termo de Referência deverá ser disponibilizado diretamente na Secretaria de Serviços Públicos órgão gerenciador da ARP, situada na rua, s/nº, centro, cidade, logo após a assinatura do Contrato, cabendo a Contratada arcar com os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios;

14.1.2. O período da prestação de serviços de locação será de 12 meses a contar da data da assinatura do contrato;

14.1.3. A locação quando por hora trabalhada, considerando os seguintes horários de trabalho: - De Segunda a Sexta-feira: das 07h às 17h; com intervalo para almoço de 2 horas - Sábados: das 07h às 11h, podendo ultrapassar esses horários, conforme a necessidade do Município.

#### 15. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO

15.1.1. O objeto da contratação será fiscalizado por servidores designados pela Secretaria Municipal de Administração, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

15.1.2. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Belmonte/BA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

**LEONARDO CARLOS ANDRADE PAIVA**  
Secretário Municipal de Administração  
Decreto nº 010/2025

**MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSC. ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
TELEFONE:	EMAIL:	
BANCO (NOME/Nº):	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:		

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	VALOR	PESO (%)
<b>1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>1</b>		
1.1	ALUGUEL	MÊS	12	1	
1.2	EQUIPE ADMINISTRATIVA	MÊS	12	1	
1.3	EQUIPE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	MÊS	12	1	
1.4	DESPESAS OPERACIONAIS COM ADM LOCAL	MÊS	12	1	
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS INCLUINDO MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS</b>		<b>1</b>		
2.1	CAMINHÃO CESTO AEREO, ALTURA 13M COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	
2.2	TRATOR DE ESTEIRA 170HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1	
2.3	MOTONIVELADORA 125HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	4224	2	
2.4	CAMINHÃO BASCULANTE 14m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	480	2	
2.5	CAMINHÃO BASCULANTE 18m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	720	3	
2.6	CAMINHÃO PIPA 6.000L, TOCO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	420	2	
2.7	CAMINHÃO PIPA 10.000L, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	
2.8	CAMINHÃO PRANCHA, TRUCADO PBT 20.000 kg COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1	
2.9	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TADEM AÇO LISO 58HP, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1	

2.10	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOB ESTEIRAS 21T, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.12	TRATOR DE PNEUS 122 CV 4x4 COM GRADES DE DISCOS ACOPLADAS, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.13	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.14	CAMINHÃO MUNCK, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.15	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO TANQUE DE 6m3, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.16	CAMINHÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO 30.000L, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.17	PICK UP CABINE SIMPLES, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	MÊS	12	1		
					<b>Total sem BDI</b>	
					<b>Total do BDI</b>	
					<b>Total Geral</b>	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Cidade - Estado, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO III**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/2025

O **MUNICÍPIO DE BELMONTE, Estado da Bahia**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Riomar, s/nº, Centro, Belmonte/BA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.634.977/0001-02, neste ato representada pelo seu Prefeito, **Iêdo José Menezes Elias**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2025, Processo Administrativo nº YY/2025**, RESOLVE registrar os preços da empresa, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade de nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Cidade de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 35/2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA SERVIÇOS URBANOS QUE DEVERÃO SER MANTIDOS PELA FUTURA LICITANTE EM CONFORMIDADE COM EDITAL E SEUS ANEXOS**, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Eletrônico - SRP nº XX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE		TOTAL	VALOR	PESO (%)
<b>1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>1</b>			
1.1	ALUGUEL	MÊS	12	1		
1.2	EQUIPE ADMINISTRATIVA	MÊS	12	1		
1.3	EQUIPE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	MÊS	12	1		
1.4	DESPESAS OPERACIONAIS COM ADM LOCAL	MÊS	12	1		
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS INCLUINDO MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS</b>		<b>1</b>			
2.1	CAMINHÃO CESTO AEREO, ALTURA 13M COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.2	TRATOR DE ESTEIRA 170HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.3	MOTONIVELADORA 125HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	4224	2		
2.4	CAMINHÃO BASCULANTE 14m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	480	2		
2.5	CAMINHÃO BASCULANTE 18m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	720	3		
2.6	CAMINHÃO PIPA 6.000L, TOCO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	420	2		
2.7	CAMINHÃO PIPA 10.000L, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		

2.8	CAMINHÃO PRANCHA, TRUCADO PBT 20.000 kg COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.9	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TADEM AÇO LISO 58HP, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.10	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOB ESTEIRAS 21T, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.12	TRATOR DE PNEUS 122 CV 4x4 COM GRADES DE DISCOS ACOPLADAS, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.13	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.14	CAMINHÃO MUNCK, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.15	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO TANQUE DE 6m3, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.16	CAMINHÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO 30.000L, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.17	PICK UP CABINE SIMPLES, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	MÊS	12	1		
			<b>Total sem BDI</b>			
			<b>Total do BDI</b>			
			<b>Total Geral</b>			

### 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

**3.1.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021.

**3.1.1.** A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

**3.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**3.4.1.** Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**3.5.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**3.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**3.6.1.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **4. VALIDADE DA ATA:**

**4.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/21.

#### **5. REVISÃO E CANCELAMENTO:**

**5.1.** A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

**5.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

**5.3.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**5.4.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**5.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a)** liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b)** convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**5.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.7.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b)** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d)** sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**5.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.a, 5.7.b e 5.7.d será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**5.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

## 6. DAS PENALIDADES:

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer descumprimento do fornecedor, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 7. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

7.1. SECRETARIA DE \_\_\_\_\_.

## 8. CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. As condições gerais dos serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do prestador registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belmonte - BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

MUNICÍPIO DE BELMONTE  
Iêdo José Menezes Elias  
Rep. Legal do Órgão Gerenciador

XXX  
XXX  
Rep. Legal do Fornecedor Registrado

**MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO IV**  
**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ /2025

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELMONTE, E A EMPRESA, \_\_\_\_\_, COM BASE NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025 E NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025.**

O **MUNICÍPIO DE BELMONTE, Estado da Bahia**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Riomar, s/nº, Centro, Belmonte/BA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.634.977/0001-02, neste ato representada pelo seu Prefeito, **Iêdo José Menezes Elias**, e doravante denominado simplesmente **Contratante**, e a empresa, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu Diretor, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade de nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Cidade de \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, e doravante denominada simplesmente **Contratada**, conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº YY/2025**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº XX/2025**, Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e pelas demais disposições pertinentes, fazendo-o segundo as seguintes cláusulas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

**1.1.** O objeto do presente instrumento o REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA SERVIÇOS URBANOS QUE DEVERÃO SER MANTIDOS PELA FUTURA LICITANTE EM CONFORMIDADE COM EDITAL E SEUS ANEXOS, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, à proposta vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados; independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025 e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado e observados os seguintes requisitos:

- a)** Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- e)** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- f)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

g) Seja verificado a regularidade fiscal do contratado, através do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitindo as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

3.1. O objeto da licitação deste contrato deverá ser disponibilizado diretamente na Secretaria de Serviços Públicos órgão gerenciador da ARP, situada na rua, s/nº, centro, cidade, logo após a assinatura do Contrato, cabendo a Contratada arcar com os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios;

3.1.1. O período da prestação de serviços de locação será de 12 meses a contar da data da assinatura do contrato;

3.1.2. A locação quando por hora trabalhada, considerando os seguintes horários de trabalho: - De Segunda a Sexta-feira: das 07h às 17h; com intervalo para almoço de 2 horas - Sábados: das 07h às 11h, podendo ultrapassar esses horários, conforme a necessidade do Município.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**5.7.3.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**5.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**5.7.5.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**5.7.6** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**5.8.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

**5.8.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**5.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**5.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**5.9.2.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**5.10.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**5.11.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**5.12.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**5.13.** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**5.13.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO:**

**6.1.** O valor estimado mensal da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo o valor estimado total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.3.** A composição do preço global é determinada de acordo com os itens constantes da planilha abaixo, conforme a proposta de preço apresentada pela Contratada, constante dos autos do **Pregão Eletrônico - SRP nº XX/2025**, que independente de transcrição integra este instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE		TOTAL	VALOR	PESO (%)
<b>1</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>1</b>			
1.1	ALUGUEL	MÊS	12	1		
1.2	EQUIPE ADMINISTRATIVA	MÊS	12	1		
1.3	EQUIPE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	MÊS	12	1		
1.4	DESPESAS OPERACIONAIS COM ADM LOCAL	MÊS	12	1		
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS INCLUINDO MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS</b>		<b>1</b>			
2.1	CAMINHÃO CESTO AEREO, ALTURA 13M COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.2	TRATOR DE ESTEIRA 170HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.3	MOTONIVELADORA 125HP COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	4224	2		
2.4	CAMINHÃO BASCULANTE 14m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	480	2		
2.5	CAMINHÃO BASCULANTE 18m3, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	720	3		
2.6	CAMINHÃO PIPA 6.000L, TOCO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	420	2		
2.7	CAMINHÃO PIPA 10.000L, TRUCADO, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.8	CAMINHÃO PRANCHA, TRUCADO PBT 20.000 kg COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.9	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TADEM AÇO LISO 58HP, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATADO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.10	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOB ESTEIRAS 21T, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DO CONTRATO, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.12	TRATOR DE PNEUS 122 CV 4x4 COM GRADES DE DISCOS ACOPLADAS, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.13	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	HORAS	2112	1		
2.14	CAMINHÃO MUNCK, COM OPERADOR, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.15	ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO TANQUE DE 6m3, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.16	CAMINHÃO DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO 30.000L, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	DIÁRIA	240	1		
2.17	PICK UP CABINE SIMPLES, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, SEM COMBUSTÍVEL	MÊS	12	1		
			<b>Total sem BDI</b>			
			<b>Total do BDI</b>			
			<b>Total Geral</b>			

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

## **7.1. Do recebimento do Objeto:**

**7.1.1.** Os serviços objeto deste Contrato serão prestados em perfeita condição, sem qualquer despesa adicional, conforme as especificações previstas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº XX/2025**, e na proposta vencedora, que independente de transcrição integram este instrumento, após a emissão da respectiva ordem ou autorização de serviço, sendo que a empresa **Contratada** fica ciente que a utilização dos veículos de que trata o referido certame, por parte do **Contratante**, será efetivada de acordo com as necessidades deste, ou seja, os veículos serão utilizados apenas quando requisitados pelo **Contratante**, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

**7.1.2.** O objeto será recebido na forma prevista no Art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2. Da Liquidação:**

**7.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.2.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

**7.2.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.5.** A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.2.6.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.2.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.2.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.2.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **7.3. Do Prazo de pagamento:**

**7.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**7.3.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE do período.

### **7.4. Forma de pagamento:**

**7.4.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.4.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.4.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.4.3.1.** Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

**7.4.3.2.** Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

**7.4.3.3.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

**7.4.3.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.4.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE:**

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da assinatura deste Contrato.

**8.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

**Órgão:** 0909 – Secretaria Municipal de Infraestrutura;  
**Projeto:** 1003 – Investimento em obras Estruturantes;  
**Elemento:** 33.90.39 – Outros Serviços Terceiro-Pessoa Jurídica;  
**Fonte de Recurso:** 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos;

**Órgão:** 0909 – Secretaria Municipal de Infraestrutura;  
**Projeto:** 2014 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública;  
**Elemento:** 33.90.39 – Outros Serviços Terceiro-Pessoa Jurídica;  
**Fonte de Recurso:** 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos;

**Órgão:** 0909 – Secretaria Municipal de Infraestrutura;  
**Projeto:** 2015 – Manutenção das Públicas na Sede e Distritos;  
**Elemento:** 33.90.39 – Outros Serviços Terceiro-Pessoa Jurídica;  
**Fonte de Recurso:** 1500 – Recursos Não Vinculados de Impostos;

9.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## 10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada obriga-se: Prestar todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela contratante;

10.2. Responsabilizar –se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive transporte de pessoal, hospedagem, necessários à adequada e regular prestação dos serviços contratados, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos previstos neste termo de referência e anexos.

10.3. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre produtos vendidos, bem como eventual custo de frete e entrega, inclusive seguro.

10.4. Responsabilizar –se pelos danos causados a administração ou a terceiros, quando da prestação de serviços contratados;

10.5. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas civil ou penal.

10.6. Apresentar operadores e motoristas devidamente habilitados, capacitados e com experiência comprovada, no qual permita executar os serviços com qualidade e responsabilidade. Os mesmos deverão apresentar rigorosamente nos horários marcados, e nos locais de trabalho, conforme determinações da fiscalização. Substituir, imediatamente, caso não atenda a fiscalização do contrato.

10.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia e expressa anuência da contratante;

10.8. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação correspondente, devendo comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários;

10.9. Manter um preposto na prefeitura, durante o expediente administrativo, ou em dias e horários solicitados pela prefeitura, para atender eventuais solicitações de serviços e responder por quaisquer assuntos relacionados ao objeto do contrato.

10.10. Os veículos, máquinas e equipamentos em bom estado de conservação, manutenção, higiene e segurança, inclusive atendendo a NR-12 do Ministério do Trabalho.

10.11. Fazer manutenção preventiva, para que permita um bom funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos.

10.12. A prefeitura poderá solicitar, com antecedência mínimo de 10 (dez) dias úteis, o acréscimo ou redução do número de veículos, máquinas e equipamentos em serviço.

10.13. A logística para abastecimento dos veículos, caminhões e equipamentos é de responsabilidade da contratada.

10.14. Em caso de quebra ou qualquer sinistro com seus veículos, máquinas e equipamentos, a Contratada se obriga a substituir o veículo quebrado ou sinistrado imediatamente, de forma que não haja, qualquer prejuízo para os serviços.

10.15. A prefeitura poderá glosar qualquer ressarcimento que considerar excessivo e ou/ abusivo, após analisar e comprovar presença de irregularidades.

10.16. Não permitir o transporte de pessoas estranhas ao quadro de empregados da Prefeitura ou não autorizados pela administração, nos veículos e equipamentos objetos do contrato.

10.17. Os equipamentos, veículos, caminhões, operadores e motoristas, entrarão em operação de acordo com as solicitações feita pela Secretaria de Infraestrutura e Obras, devendo os mesmos estarem disponíveis todos os dias da semana, incluindo sábado, domingo e feriados.

10.18. A necessidade de utilização dos equipamentos será reavaliada mensalmente pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

10.19. Toda mobilização e desmobilização de operadores, motoristas e eventuais equipes de apoio, incluindo transporte até o local de execução dos serviços, será de inteira responsabilidade da contratada, inclusive para as diversas localidades da zona rural do município.

10.20. A contratada é responsável pela boa apresentação dos seus funcionários, devendo providenciar que estes se apresentem devidamente uniformizados, com EPI'S (equipamentos de proteção individual), necessários para o tipo de serviço a ser executados, bem como, com as identificações operacionais.

10.21. A contratada é obrigada a fornecer para cada equipamento ou veículo ou caminhão, seu motorista ou operador exclusivo conforme especificado anteriormente. Não será permitido, dois equipamentos, com um só operador.

10.22. A contratada deverá apresentar um relatório junto a medição constando todos os controles de horas trabalhadas e quilômetros rodados das máquinas e dos veículos, bem como apresentar relatório foto gráfico evidenciando as operações diárias;

10.23. A contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento da alimentação de seus funcionários.

## **11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1.A Contratante obriga-se: Acompanhar e Fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

11.2.Ficará de responsabilidade da CONTRATANTE a guarda de veículos, máquinas e equipamentos serão de responsabilidade da contratante, em locais a serem indicados pelo fiscal do contrato.

11.3.Será de responsabilidade da contratante a emissão de licenças ambientais que se fizeram necessárias junto aos órgãos competentes para a execução dos serviços.

11.4.A CONTRATANTE é responsável pelo pagamento de todas as infrações de trânsito praticadas pelos motoristas do seu quadro de funcionários.

11.5.Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa**:
  - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - (2) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**13.12.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

**14.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES**

**15.1.** É vedado ao CONTRATADO:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, **segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

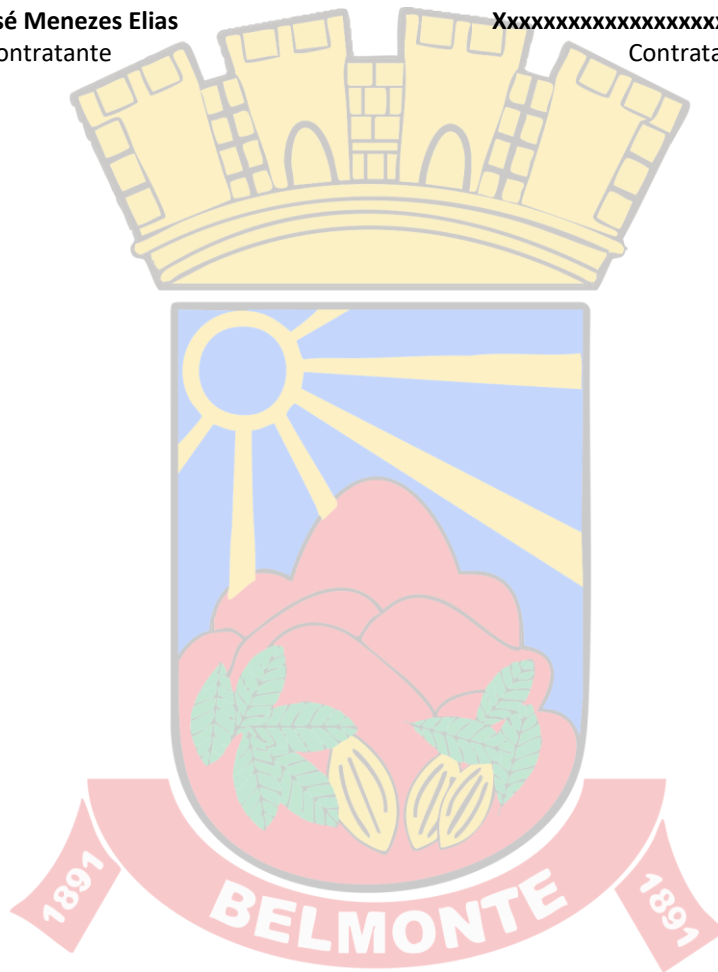
**19.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Belmonte - BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

19.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Belmonte - BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE BELMONTE**  
Iêdo José Menezes Elias  
Contratante

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratada



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

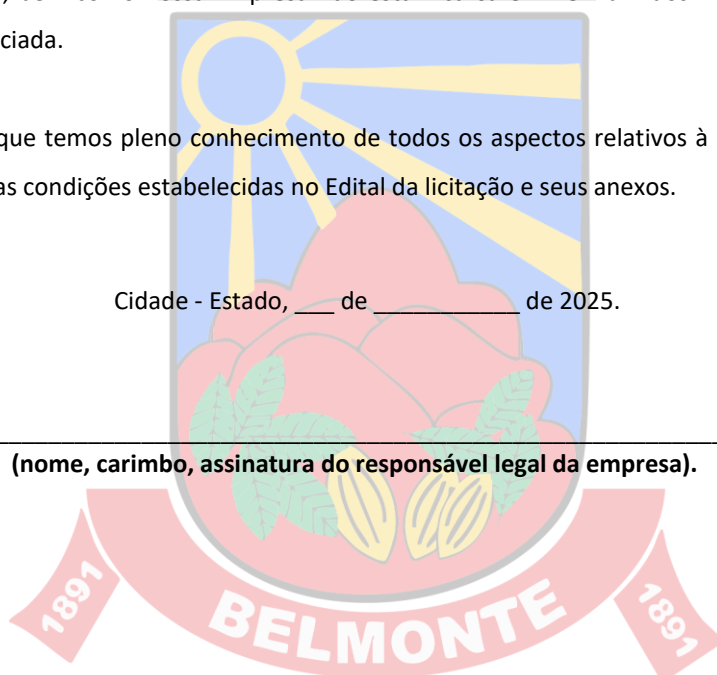
A empresa, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no (a) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade - Estado, \_\_\_ de \_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI**

A empresa, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no (a) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade - Estado, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU  
COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.**

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico - SRP nº XX/2025**, promovido pela PREFEITURA DE MUNICIPAL DE BELMONTE, marcado para às **XX:00** horas do dia **XX/XX/2025**, que a empresa, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no (a) \_\_\_\_\_, por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade - Estado, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO VIII**  
**MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA**  
**CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).**

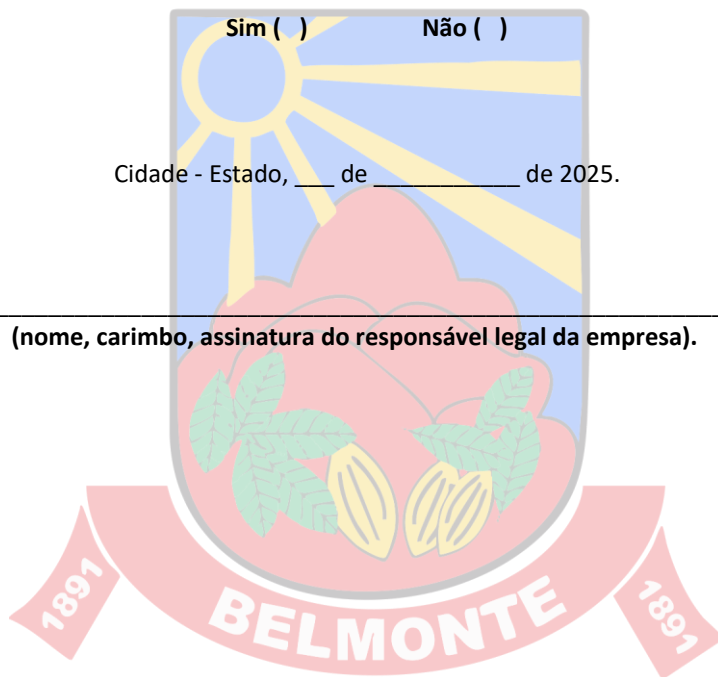
A signatária, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim ( ) Não ( )

Cidade - Estado, \_\_\_ de \_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 005/2025**  
**Processo Administrativo nº 071/2025**

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).**

A empresa, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade - Estado, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

